

CARLOS LENCASTRE DA COSTA (*)

DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO
— uma estratégia para a pequena agricultura

Procura-se, através deste texto, proceder a uma abordagem preliminar sobre o Desenvolvimento Rural Integrado (D R I), o qual tem vindo a conquistar significativa importância enquanto estratégia para a *pequena agricultura*.

Provavelmente, e à semelhança do que tem vindo a suceder noutros países, esta estratégia deverá ser ensaiada numa vasta região de Portugal. Encontra-se, com efeito prevista para breve, e como resultado de um processo iniciado em 1977, a sua aplicação experimental numa área que abrange os distritos de Bragança, Vila Real (com exclusão dos concelhos mais ocidentais) e alguns concelhos vizinhos, dos distritos da Guarda e Viseu.

Pela natureza e complexidade dos princípios norteadores da sua filosofia, bem como pelo elevado número de interrogações que a aplicação, concretização e praticabilidade desta estratégia por certo não deixarão de suscitar, esta leitura exploratória vai mais no sentido de fornecer uma grelha analítica, certamente com arestas mal limadas e um considerável número de imprecisões e omissões, do que de perscrutar as implicações que em diferentes planos e a vários níveis dela emergem.

Pretende-se, nestas condições, fornecer um quadro de leitura do modelo DRI, através da indicação de alguns antecedentes que contextualizam o seu aparecimento e mediante a apresentação dos princípios que o conformam. Os limites deste texto e dos conhecimentos de que dispomos impedem-nos, neste momento, de abordarmos o projecto de Trás-os-

(*) Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

-Montes, contudo, e a título meramente ilustrativo, tomaremos como exemplo o caso colombiano, que foi concebido segundo os parâmetros balizadores do modelo. Os últimos pontos do texto consagramo-los à exposição de pistas sobre a estratégia, percorrendo o seu interior e esboçando o seu significado.

A frequente utilização que faremos da expressão pequena agricultura requer que a precisemos, ainda que genericamente e em acordo com os objectivos deste texto, como *uma noção central e instrumentalizadora de práticas sociais, produtiva e reprodutivamente diferenciadas, mas unificadas em torno da família, agente nuclear da unidade de produção que, exercendo fundamentalmente a sua actividade na exploração agrícola, a gere* (1).

SOBRE O MODELO DRI *Alguns antecedentes*

O nosso ponto de referência é Setembro de 1973 em Nairobi (Kénia). Nesta data Robert McNamara, na sua qualidade de presidente, apresentou aos governadores do Banco Mundial (BM) as linhas gerais do DRI, as quais definiu como peça chave do Programa Alimentar Mundial (P A M) e como estratégia destinada a melhorar a vida económica e social dos *rurais pobres* através de um aumento da produtividade da pequena agricultura, de modo a conseguir atingir, no longo prazo, a eliminação da má nutrição, analfabetismo, altas taxas de mortalidade etc., por forma a robustecer as economias dos países designados, em vias de desenvolvimento (2).

As acções centradas nas reformas agrárias que, durante várias décadas, predominaram como estratégias do crescimento e desenvolvimento do sistema capitalista terão, nesta altura ao que parece, sido remetidas para o rol das estratégias contra-indicadas. A nota dominante que as percorreu foi de um modo geral colocada ao nível do fundiário, através de operações de parcelamento e distribuição de terras, de redimensio-

(1) Trata-se, já se vê, de uma precisão incipiente, que só poderá frutificar mediante a determinação da posição que as diferentes práticas sociais ocupam na formação social em que se encontram incorporadas, o seu relacionamento com a propriedade dos meios de produção e com o mercado, e o levantamento das originalidades sócio-culturais que o meio geográfico-natural e a história social lhes conferem.

A representação estrutural destes e doutros vectores remete para o horizonte problemático do macro-social.

(2) A este propósito cfr., *Agricultura. Documento de trabajo sobre el sector*, Banco Mundial, Washington, junio 1972.

namento e emparcelamento de pequenas explorações ou, ainda, de eliminação de situações de dependência jurídico-institucional. Nalguns casos conjugaram-se várias operações em simultâneo e a sua extensão oscilou entre actuações aprofundadas de amplitude nacional e actos parcelares especialmente localizados, ou, até, meras intenções sem qualquer concretização. Os fracos resultados, ou mesmo insucessos económicos e não raras vezes sociais e políticos, de que grande número foi protagonista, conduziram nos finais da década de 50 ao reconhecimento de que sem uma transformação mais profunda, e radical, não era possível incorporar os pequenos agricultores na vida económica e social dos países dependentes. Uma nova concepção de reforma agrária é consagrada em 1961 na Aliança para o Progresso, proposta por J. Kennedy para a América Latina, mediante o reconhecimento expresso de que a modificação das estruturas fundiárias tem de ser acompanhada de transformações ao nível do crédito, comercialização de factores e produtos, serviços agrícolas, assistência técnica, etc., para alcançar resultados válidos ⁽³⁾.

O entusiasmo da *reforma agrária moderna* cedo dá lugar ao fracasso das realizações práticas que inspirou, fundamentalmente pela incapacidade política de a conduzir integralmente ⁽⁴⁾. Esta nova concepção consubstanciou-se, bastantes vezes, na fórmula das revoluções agrícolas, em que prevaleceu a introdução de novas tecnologias importadas dos países industrializados as quais, em virtude da sua inadequação aos processos produtivos em que foram aplicadas, surtiram efeitos contrários aos pretendidos, de consequências gravosas e desastrosas em alguns casos.

O rescaldo, no fim dos anos 60, das diferentes modalidades de transformação agrária e acções de desenvolvimento agrícola é, de um modo geral, negativo. As anteriores situações de dominação e exploração, praticadas fundamentalmente ao nível das relações de produção agrárias, substituíram-se novas formas de extorsão, através das relações de distribuição da mais-valia social criada.

⁽³⁾ Sobre as reformas agrárias e as políticas de intervenção na agricultura de diferentes países cfr., R. Gadille, *As políticas agrárias*, Estudios Cor, 1974, e H. Mendras, Y. Tavernier, *Terre, paysans et politiques*, Paris, SEDES, 1969-70.

⁽⁴⁾ De um modo geral, a *reforma agrária moderna* não superou, na maioria das experiências, compromissos históricos existentes entre as diferentes fracções detentoras do poder, impedindo, por essa via, transformações profundas nas estruturas agrárias de muitos dos países que a elas recorreram. Foi, fundamentalmente, na América Latina que estas situações predominaram.

A desarticulação de modos e formas de produção pela difusão do m.p.c. (não necessariamente relações de produção capitalistas) exacerbou, nas formações sociais dependentes, as assimetrias estruturais, acelerando o empobrecimento e incapacidade produtiva dos pequenos produtores agrícolas. As consequências são hoje conhecidas e, para além do agravamento do défice alimentar de numerosos países, condicionador do desenvolvimento económico e social em virtude do encarecimento da força de trabalho nos sectores de sede urbana, é o próprio alargamento e expansão das relações de mercado pelo sistema de trocas intersectoriais que fica sujeito a impasses e retrocessos.

Grosso modo o que parece hoje ser posto em causa é a própria filosofia desenvolvimentista inspirada no princípio do arrastamento económico do sector agrícola pelo sector industrial e dentro do primeiro o aliciamento e adesão automáticos da pequena agricultura às regras do processo de desenvolvimento. Por um lado a grande exploração capitalista não correspondeu de um modo geral aos aumentos da produção que dela se aguardavam e que tinham originado a canalização prioritária de investimentos e financiamentos determinados pelos cálculos de rentabilidade em vigor. Por outro lado, a pequena agricultura foi submetida a um processo de pilhagem e extorsão que a remeteu em muitos casos para guetos ou processos de dependentização que a impediram de se articular com os mecanismos de mercado e de integração nas respectivas formações sociais.

É perante este avolumar de contradições e insolucões do processo de crescimento e desenvolvimento que já em 1977 o BM — em consequência da inflexão operada a partir de 1968 ⁽⁵⁾ — fazia notar a necessidade de «aumentar os rendimentos dos camponeses pobres (pequenos chefes de exploração, operários sem terra, desempregados e suas famílias) como uma das mais importantes questões de política que se coloca à quase totalidade dos países em vias de desenvolvimento» ⁽⁶⁾. Reconhece-se, todavia, e de imediato, a incapacidade de estratégias e meios ao afirmar-se que «ainda não encontramos nem

⁽⁵⁾ A partir desta altura — 1968 é o ano de entrada de R. McNamara no BM, — o financiamento ao desenvolvimento rural ganhou uma importância crescente em relação aos outros grandes conjuntos de operações de financiamento. Sobre este assunto cfr., J. J. Devron, *Developpement rural et technologies alternatives dans la stratégie de la Banque Mondiale*, GEREI, polycopié, INRA, Paris, 1976, p. 8.

⁽⁶⁾ BIRD. — *Opérations de la Banque Mondiale: études et politiques sectorielles*; Dunod, Paris, 1972, p. 30.

políticas nem técnicas capazes de aumentar os seus rendimentos e a sua produtividade e podendo ser aplicadas sobre uma larga escala» (7).

Esta incapacidade resultaria, segundo os analistas do BM, de várias dificuldades, algumas das quais, sumariamente, podemos sintetizar na(s) (8):

- predominância destas situações na maior parte dos países em vias de desenvolvimento;
- importância e volume dos recursos e serviços necessários para debelar essas situações;
- carências que limitam e condicionam as populações em si;
- carências de técnicos e pessoal qualificado e interessado nesta problemática;
- ausência de vontade ou fraca permeabilidade do poder político a acções de desenvolvimento das zonas rurais desfavorecidas.

Porém e ainda segundo o BM, a estas limitações de carácter global subjazem dificuldades de natureza estrutural correlatas da(s) (9):

- importância do património da terra nos países em vias de desenvolvimento, proporcionalmente maior do que a dos países desenvolvidos;
- relações sociais que o património da terra engendra, consubstanciadas na estrutura agrária;
- características dos regimes fundiários que, de modo geral, se traduzem num agravamento das condições de vida das populações rurais;
- relevância do poder político e económico dos proprietários fundiários;
- subordinação da investigação/experimentação, extensão, e das tecnologias, crédito, etc., à lógica das grandes explorações;
- características das políticas nacionais de repartição de rendimentos, investimentos, empregos, etc.;
- característica do próprio mercado mundial.

(7) *ibid.*, p. 30.

(8) *ibid.*, pp. 30-42.

(9) *ibid.*, pp. 3-29.

É em conformidade com o balanço das suas actividades até ao fim dos anos 60 e com o quadro problemático do desenvolvimento mundial resultante das análises entretanto produzidas sobre o mesmo que o BM decide promover um programa de cooperação FAO/BIRD e, constituir «uma unidade de desenvolvimento rural que terá por função estudar todos os aspectos do desenvolvimento rural com vista a determinar o papel da agricultura na polarização cidade-campo tal qual ela se produz aos diferentes estádios do desenvolvimento. Os trabalhos deste grupo funcionarão sobre operações concretas e deverão ajudar o banco a orientar mais intensamente a sua assistência para o sector das pequenas explorações»⁽¹⁰⁾. O resultado foi a formulação do DRI enquanto estratégia de desenvolvimento que como atrás dissemos obteve luz verde em Nairobi.

Embora sem exclusividade⁽¹¹⁾ os programas DRI aparecem geralmente com a chancela «Coopérative Programme, FAO/World Bank».

O BM, também conhecido pela sigla BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento), faz parte, juntamente com a IDA (Associação Internacional para o Desenvolvimento) e a SFI (Sociedade Financeira Internacional), de uma instituição internacional designada por *Grupo do Banco Mundial*. O objectivo comum é o desenvolvimento dos países membros através de uma acção concertada, mas com autonomia própria, e, segundo os fins específicos a que se destinam, intervêm de forma diferenciada. O BIRD foi fundado no fim da II guerra mundial e tem por objectivos inspiradores de acção a reconstrução de economias e a reestruturação do comércio internacional através de operações de financiamento, realização de trabalhos de investigação sobre as economias dos países com problemas de desenvolvimento, etc. O que diferencia o BIRD da IDA é que enquanto esta última se encontra orientada para intervir em países com uma situação económica mais débil e com rendimentos por habitante de níveis inferiores, o primeiro opera nos países membros que oferecem garantias de melhor solvabilidade económica. A SFI, fundada mais tarde, encontra a sua vocação no sector privado dos países membros.

⁽¹⁰⁾ *ibid.*, p. 72.

⁽¹¹⁾ Existem actualmente muitas outras instituições financeiras internacionais que intervêm em programas DRI: Banco Interamericano de Desenvolvimento na América Latina; Fundo Europeu de Desenvolvimento, fundamentalmente em África; etc..

As operações de financiamento do BIRD a projectos envolvem geralmente as seguintes etapas: realização do projecto de identificação pelo país solicitador de empréstimo; realização do estudo de viabilidade sob comando do BIRD sendo, geralmente, a sua execução atribuída a gabinetes de estudo especializados; avaliação do estudo de viabilidade pelo BIRD, segundo os seus critérios; supervisão e controlo da fase de execução do projecto, através da realização de estudos diversos, segundo o tipo de intervenção financeira ⁽¹²⁾.

Apesar de não existirem laços institucionais entre o *Grupo do Banco Mundial* e a família de organizações da ONU, o BIRD manteve desde sempre uma ligação estreita com esta organização, oficializada pela criação de uma comissão em 1961. Esta ligação tem-se manifestado particularmente com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a OMS (Organização Mundial de Saúde), e a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação). Esta última, criada em 1945, é uma instituição autónoma e especializada e tem por objectivos genéricos, entre outros, elevar o nível nutricional e as condições de vida das populações dos países membros; melhorar a produção e repartição dos produtos alimentares e agrícolas; melhorar a condição das populações rurais e contribuir para a expansão da economia mundial. A semelhança do BM os seus fundos provêm originariamente das cotizações dos países membros calculadas segundo uma complexa malha de parâmetros macro-económicos.

No «Coopérative Programme FAO/World Bank», enquanto a primeira instituição faz intervir, fundamentalmente, os conhecimentos e experiência dos seus especialistas, a segunda intercede através de mecanismos financeiros.

Princípios Orientadores

Assumindo-se como estratégia para desenvolver as regiões onde predomina uma *pobreza estrutural* e um fraco desenvolvimento das forças produtivas, o DRI tem por destinatários os países que viram agravada a sua dependência alimentar e encontram a pequena agricultura mergulhada numa crise ou impasse. O objectivo central é o da integração económica e social das populações destas áreas nas respectivas formações

⁽¹²⁾ Sobre estas questões cfr., J. J. Devron, *op. cit.*, pp. 3-9.

sociais. O advento deste fim genérico norteia-se pelos seguintes princípios ⁽¹³⁾:

- o crescimento da produção agrícola é a condição necessária e indispensável a uma melhoria da capacidade produtiva e do nível de vida das populações circunscritas;
- O aumento da produção tem de ser promovido em circunstâncias determinadas não através da alternativa desenvolvimento económico ou mudança social, ou seja, não através de medidas conducentes ao aumento da produtividade por contraposição às que preconizam acções de redistribuição da riqueza social acumulada, mas mediante uma acção concertada envolvendo os dois vectores;
- é através de uma mais adequada e ajustada política de distribuição dos recursos produtivos e desconcentração das actividades produtivas que os dois vectores atrás referidos devem ser promovidos;
- o empenhamento do Estado, política, financeira e institucionalmente, é condição *sine qua non*.

Estes princípios condensam em si a perspectiva em que o modelo se centra, tornando-se, portanto, imperioso percorrer o seu interior. É o que sumariamente faremos, agrupando os principais eixos do modelo em torno dos seus *pressupostos analíticos, corpo estruturador e instrumentos impulsionadores e de controlo*.

Alguns pressupostos analíticos. O primeiro pressuposto, sem dúvida central, consubstancia-se na convicção de que as crises ou impasses que atingem as pequenas estruturas produtivas agrícolas se devem em grande parte à degradação dos termos de troca entre os produtos agrícolas e os produtos industriais, gerada através dos mecanismos dos preços. Este fenómeno derivaria fundamentalmente de opções de política económica, através, nomeadamente, da *incompatibilidade es-*

⁽¹³⁾ Optámos pela apresentação de uma síntese, dificilmente referenciável, pontualmente, nos diferentes trabalhos consultados.

Sobre questões gerais do modelo cfr., H. Kotter, *Integrated Rural Development — a more realistic strategy to fight rural poverty?*, comunicação ao X Congresso Europeu de Sociologia Rural, Córdoba, 1979, pp. 78-94; Victor M. G. Landinez, *Reforma Agrária y Desarrollo Rural Integrado*, FAO, Roma, 1979; Commission des Communautés Européennes, *Projets de Développement Rural Intégré réalisés avec l'aide du FED en Afrique noire — évaluation et perspectives*, Collection Études, série Développement n.º 1, Bruxelles, 1978; J. J. Devron, *op. cit.*

trutural existente entre as políticas macro-económicas e o desenvolvimento agrícola e rural.

O segundo procede do sistema económico-social em si. Para além das vantagens globais que proporciona à economia desses países (reservatório e fornecedor gradativo de mão de obra em condições vantajosas; exploração de recursos em áreas geralmente pouco favorecidas, etc.), o relançamento das pequenas estruturas produtivas poderá, pelas vantagens económicas de que auferem em determinadas condições, contribuir para o crescimento e fortalecimento económico dos mesmos.

Um terceiro, através de índices de produtividade por unidade de superfície, reconhece, para condições idênticas, um valor mais elevado das pequenas explorações em relação às grandes explorações. A revitalização das pequenas explorações deveria permitir um aumento da produção, minorando ou resolvendo por esse modo os défices alimentares e, limitando assim, a dependentização.

Um quarto consiste na observação segundo a qual os custos dos *outputs* agrícolas das pequenas explorações familiares são menores do que os das grandes quer pelo nível dos salários geralmente praticados nestas últimas ser mais elevado, quer pela intensidade de trabalho desenvolvidos nas primeiras e, ainda, pelo não recurso a determinados *inputs* imprescindíveis nas grandes.

Por último, reconhece-se no pequeno agricultor um agente económico com racionalidade própria, recusando-lhe os atributos de *atrasado*, *arcaico* ou de *obstinado* em relação ao progresso técnico, ao investimento, ou ao aumento de produtividade. Pelo contrário, é através de um raciocínio de bom gestor que ele não introduz em certas circunstâncias a inovação ou não promove o investimento ⁽¹⁵⁾.

Corpo estruturador ⁽¹⁶⁾. Os preceitos que estruturam o DRI, enquanto modelo de acção sobre uma determinada reali-

⁽¹⁵⁾ Sobre este assunto ver, em particular, C. Cros, Y. Le Bot, *Sauver la paysannerie du tiers monde? La politique de la Banque Mondiale à l'égard de la petite agriculture. Le cas Colombien*, in, Notes et Études Documentaires, n.º 4567-4568, Avril 80, pp. 38-41. Ver também J. J. Devron, *op. cit.*, pp. 29-30; Victor M. G. Landinez, *op. cit.*, pp. 32-43.

⁽¹⁶⁾ Este pressuposto é muito significativo. A fonte inspiradora, é, sem dúvida, A. Chayanov, o contestado economista Russo dos anos 20. redescoberto nos nossos dias. A adesão aos pressupostos da especificidade da racionalidade económica da exploração familiar campesina provém, certamente, mais de vários estudos financiados pelo BM do que do valor intrínseco dos trabalhos de Chayanov. Cfr. C. Gross, Y. le Bot, *op. cit.*, p. 40 e J. J. Devron *op. cit.*, p. 29.

⁽¹⁷⁾ Cfr. Victor M. G. Landinez, *op. cit.*, pp. 4-5 e pp. 32-43.

dade, são vastos e abrangem aspectos como o sistema político, social e jurídico, a estrutura da economia agrícola e a situação demográfica, os factores e recursos naturais do país e/ou região em que se promove a sua realização. Estes aspectos, conformadores das diferentes realidades sociais, devem, mediante análise, definir as diferentes características de três vectores que em si condensam a filosofia do modelo.

O primeiro centra-se na articulação de *acções de tipo horizontal*, ou seja, aquelas que operam no plano da actividade mais especificamente agrícola, tais como o melhoramento das infra-estruturas produtivas, com *acções de tipo vertical*, ou seja, as que intervêm no plano da industrialização e comercialização de factores e produtos agrícolas. Entende-se em relação às primeiras que, quando desencadeadas isoladamente, quer através de operações sobre a propriedade, a exploração, as tecnologias, as infra-estruturas, quer através de actuações conjugadas apenas a este nível, os resultados são insuficientes e podem revelar-se não compensadores. As *acções de tipo vertical* são apresentadas como indispensáveis e a sua condução é articulada com as de *tipo horizontal* e em correspondência com as situações existentes, criadas ou programadas ao nível da produção. Impõe-se a necessidade de ajustar as estruturas produtivas ao mercado dos factores e dos produtos. Esta articulação concertada exige o estabelecimento de relações de reciprocidade, por exemplo, entre as características das estruturas produtivas e as tecnologias a difundir, as indústrias transformadoras a caucionar, serviços a instalar, etc.

O segundo vector centra-se sobre o *desenvolvimento regional* da área abrangida. Em consequência da integração intersectorial — agricultura - indústria - serviços — pressuposta no modelo e dinamizada através de uma mais eficiente exploração dos recursos agrícolas, esta integração deve ser orientada por forma a potenciar o desenvolvimento da região e contrariar a desertificação rural, refreando o êxodo das populações para os grandes centros urbanos. Esta fórmula de desenvolvimento reivindica, por exemplo, a descentralização dos serviços públicos, comerciais, das indústrias transformadoras, etc., e sua instalação na região, como meio de limitar a antinomia cidade-campo.

Por último, o vector do *processo social de transformação*. Defende-se que o modelo deve ser desencadeado pela via da adesão, conduzido mediante a participação dos agricultores e a sua execução deverá ser redutora de determinados fenómenos de dominação e dependentização. É a ideia de que devem ser asseguradas as condições necessárias para que os pequenos agricultores não sejam colocados, novamente, numa situação

económica e social *marginal*. A sua organização em associações, por exemplo ao nível da aldeia, deve ser estimulada e apoiada como meio de garantir que os objectivos do programa de desenvolvimento sejam eficaz e correctamente conduzidos e, ao mesmo tempo, por forma a fortalecer os pequenos agricultores, perante agentes externos lesionadores dos seus interesses.

Instrumentos impulsioneiros e de controlo (17). Pelas razões que presidem à sua concepção, o DRI requer do Estado uma intervenção, empenhada e globalizante, na atribuição, regulamentação e hierarquização de competências aos diferentes organismos e instituições intervenientes, de modo a garantir o accionamento concertado e harmonizador das múltiplas operações necessárias à condução do programa de desenvolvimento. A amplitude dos objectivos de cada projecto deverá corresponder, por parte do Estado, a garantia de movimentar a complexidade de meios equivalentes. Pretende-se que este se assuma como gestor do processo de desenvolvimento. Esta gestão centra-se, fundamentalmente, em volta de alguns instrumentos que deverão impulsionar e controlar o processo de desenvolvimento.

a) *O crédito* — é certamente o instrumento chave do modelo, pela importância que se lhe atribui no processo de modernização e aumento de produtividade das estruturas visadas. Para cumprir estes objectivos, a sua concessão deve consignar-se a parâmetros estribados nos fins globais de cada um dos projectos que compõem o programa e determinados através de estudos de avaliação económica, social, agronómica, etc., da região e do país. Assim, o crédito deverá ser canalizado através de linhas e processos creditícios específicos, burocraticamente despenalizados e de acessibilidade fácil. A atractividade e estímulo económico devem ser-lhe conferidos pela via da subvenção, preferencialmente orientada para determinados factores de produção, certos tipos de infra-estruturas produtivas e comerciais, etc. O padrão do património, bem como outros critérios usualmente utilizados na sua atribuição, devem ser contrariados e ajustados ou substituídos através de medidas legais apropriadas e adequadas a cada situação.

b) *Investigação/experimentação e extensão rural* — é-lhes atribuído um papel dinamizador importante.

A investigação consagram-se tarefas relevantes, nomeadamente as que se exercam no sentido de recuperar e melhorar tecnologias tradicionais locais por contraoposição à introdução desregada de tecnologias estranhas à região. A extensão é con-

(17) *ibid.*, pp. 32-118.

fiada uma missão de enquadramento que se pretende baseada numa ligação intensiva entre o agente e o agricultor. Assim, o número de agricultores por agente deve ser limitado e este deverá assegurar um papel de mediador, não só em relação à inovação como também em relação à comercialização e à própria organização da unidade de produção.

c) *Infra-estruturas produtivas e comerciais* — a recuperação das existentes — quando a viabilidade o recomenda — e a criação de novas, devem ser orientadas por forma a possibilitarem e reforçarem a integração horizontal e vertical. Trata-se, por exemplo, de proceder a acções de reestruturação fundiária, melhoria ou instalação de regadios, lagares, matadouros, agro-indústrias, etc.

d) *Infra-estruturas sociais* — admite-se como indispensável a prestação, às populações abrangidas pelo projecto, de serviços que melhorem a qualidade de vida de modo a tornar mais atractiva a permanência nas áreas rurais. As melhorias ou realizações a introduzir na rede viária, abastecimento de águas, energia, saúde, educação, deverão contribuir para melhorar as condições de produção e assegurar a própria reprodução social.

e) *Instrumentos técnico-jurídicos* — dizem genericamente respeito à elaboração e aplicação de regras e disposições legais que permitam assegurar os ajustamentos e transformações estruturais indispensáveis à prossecução dos objectivos finais do programa. Por exemplo, disposições especiais regulamentadoras dos direitos dos senhorios e rendeiros, do funcionamento da empresa agrícola, etc.

f) *Instrumentos políticos e institucionais* — tratando-se de programas concebidos e norteados para alcançarem resultados a médio e longo prazos, portanto fundamentalmente prospectivos, impõe-se a necessidade de providenciar, no plano político-institucional, os meios que mais adequadamente contribuam para o seu impulsionamento e controlo e que melhor os salvaguardem de fenómenos de conjuntura. de modo a assegurar a permanência e cumprimento dos objectivos estipulados. Por exemplo, o estabelecimento de uma *lei plano* ou *lei programa*, regulamentadora e vinculadora no plano político-institucional, pode tornar-se indispensável para obviar e superar limitações estruturais do sistema político-social vigente.

O DRI COLOMBIANO

Pela complexidade de operações que supõe, pelo volume de recursos humanos e materiais que tem de movimentar, pelo elevado conjunto de meios económico-financeiros que

exige e ainda, e entre outros requisitos, pela necessidade de assegurar a adesão e participação dos destinatários, a aplicação prática do modelo DRI orienta o alcance e realização dos seus objectivos, fundamentalmente, para o médio e longo prazos, ou seja, para períodos de tempo que oscilam entre os 10/12 anos e os 20 e mais anos. A programação de projectos de desenvolvimento, num horizonte temporal com esta amplitude, subordina-se, de um modo geral, à concepção e execução de várias fases, correspondendo cada uma delas à realização de fins específicos. Deste modo, procura atribuir-se à primeira fase um conteúdo experimental, ou seja, as coordenadas dos projectos que a configuram assumem características peculiares, quer no tipo de acções que prevêm, quer na extensão por elas atingida.

Pela relativa juventude da filosofia dos programas DRI⁽¹⁸⁾, os casos integralmente testados serão, neste momento, inexistentes. Limitamo-nos, assim, a aludir ao caso colombiano cujo projecto começou a ser estruturado a partir de 1974 e executado em fins de 1977.

Concebido por fases, a primeira das quais com duração prevista até 1980/81, tem por objectivos expressos a estabilização da *pequena agricultura tradicional* que a reforma agrária empreendida em 1960 não conseguiu solucionar. Esta, pelo contrário, terá agravado, desde então, a anterior tendência de concentração da propriedade fundiária e, por essa via, a sobrevivência dos pequenos agricultores, com especial incidência nas formas de exploração em regime de parceria, arrendamento e colónia, em parte como consequência das posições de força assumidas pelos *proprietários tradicionais*⁽¹⁹⁾.

Destinado a beneficiar os pequenos agricultores com um património bruto inferior a 17 500 dólares, uma exploração com menos de 20 ha e rendimentos familiares provenientes da produção agrícola superiores a 70% das receitas globais, o DRI tem por finalidade garantir a oferta suficiente de produtos de consumo directo, provenientes maioritariamente da pequena produção, e equilibrar a oferta para as produções que não lhe são exclusivas. O aumento dos rendimentos dos pequenos agricultores através da organização dos mercados e das polí-

(18) Embora existam certas semelhanças entre o modelo DRI e as acções do desenvolvimento comunitário e de bem-estar rural, pensamos que existem diferenças substanciais entre eles. A concepção de DRI a que nos temos vindo a referir é posterior a 1973, embora seja verdade que programas com características semelhantes têm vindo a ser aplicados desde há vários anos em diferentes países.

(19) C. Gros, Y. Le Bot, *op. cit.*, pp. 34-47.

ticas de preços, bem como a construção de vias de comunicação, prestação de serviços básicos, criação de novas fontes de emprego produtivo, etc., são outros marcos balizadores do projecto ⁽²⁰⁾.

Excluindo *a priori* as plantações de café com menos de 20 ha, tudo indica que, através dos mecanismos de crédito, as franjas mais baixas dos pequenos agricultores, *i. e.* as explorações que não garantem a subsistência e têm de recorrer à venda temporária de trabalho, bem como as que têm taxas de autoconsumo superiores à produção comercializada, sejam igualmente afastadas na 1.ª fase. Por outro lado, a exclusão, nos distritos abrangidos, de regiões e zonas onde predomina a coexistência minifúndio/latifúndio ou a preponderância, em determinadas quadrículas espaciais, de grandes explorações, ou ainda as manifestações de desinteresse ou mesmo hostilidade em relação ao programa, parecem deixar antever uma percentagem final de beneficiários muito limitada ⁽²¹⁾.

A este resultado não serão por certo estranhos o carácter experimental da 1.ª fase; as dificuldades patentes ao nível da coordenação (treze instituições públicas envolvidas); a incapacidade de resposta por parte de instituições e serviços (banca, investigação e extensão rural); o não cumprimento de prazos e accionamento de medidas programadas com consequentes bloqueamentos de financiamento externo, trabalhos de infra-estruturas, etc.; a própria alteração da relação de forças, verificada após as eleições de 1978, parece vir, novamente, a fortalecer a posição dos partidários de uma industrialização acelerada por oposição aos defensores de um desenvolvimento sectorial mais equilibrado ⁽²²⁾.

De entre os aspectos mais directamente ligados à realização e avanço do projecto parecem sobressair: a relativa importância das dificuldades que se têm feito sentir ao nível da extensão rural, devidas, em parte, à incapacidade de relacionamento dos quadros técnicos com os agricultores, resultante fundamentalmente da inexperiência e vícios de formação académica de jovens técnicos; as imprecisões na escolha de beneficiários e *grupos alvo*; a formação de dirigentes locais; a guerra burocrática ⁽²³⁾. Perante este quadro prático de aplicação do modelo, vários são os problemas que têm surgido

⁽²⁰⁾ V. Moncayo, F. Rojas, *Produccion campesina y capitalismo*, CINEP, Bogota, 1979, pp. 183-185.

⁽²¹⁾ *ibid.*, pp. 193-198.

⁽²²⁾ C. Gros, Y. Le Bot, *op. cit.*, pp. 58-61.

⁽²³⁾ *ibid.*, pp. 47-60.

e cuja ampliação e consequências são neste momento imprevisíveis mas que, segundo C. Gros, Y. Le Bot⁽²⁴⁾, se revelam já comprometedoras do seu prolongamento para além da 1.ª fase. Entre outros, começaremos por referenciar, o problema da comercialização dos produtos das explorações integradas no projecto pela via do crédito. Ao recorrer ao crédito DRI, o pequeno agricultor fica sujeito ao cumprimento de cláusulas que implicam a orientação da sua unidade de produção para determinadas produções que não têm encontrado correspondência em circuitos de comercialização apropriados, nem quanto ao escoamento nem quanto aos preços. *Grosso modo*, ao aumento de determinadas produções tem correspondido uma baixa de preços e, por consequência, uma diminuição de rendimentos, o que, além de agravar o processo de endividamento, desarticula a racionalidade produtiva do pequeno agricultor e compromete a permanência da exploração. Esta ocorrência agrava-se nas situações em que as infra-estruturas produtivas, comerciais e sociais têm sido parcialmente financiadas pelos próprios beneficiários.

Outra questão que o programa não parece, por agora, querer resolver ou travar é a que diz respeito ao avanço da agricultura comercial de tipo capitalista pelo facto de não estar prevista, no decurso da 1.ª fase, a adopção de medidas de intervenção ao nível da estrutura agrária⁽²⁵⁾. Esta opção, que se inscreve na estratégia do modelo, tem como consequência a criação de novos desequilíbrios estruturais, nomeadamente os que decorrem do alargamento do sector da submissão real em áreas predominantemente camponesas.

A propósito da participação dos beneficiários do projecto se parece ser certo que medidas de estímulo e incentivo foram desde cedo adoptadas, a dinâmica, deliberadamente desencadeada e protegida pelos responsáveis, ao optar pela criação de comissões de base ao nível da colectividade rural, procura, segundo C. Gros e Y. Le Bot, delimitar e dispersar tensões. É que, ao mesmo tempo e paralelamente a acção de organizações agrícolas de âmbito nacional e regional foi desactivada ou colocada à margem do processo, não se registando, por isso, qualquer relação directa entre os beneficiários e os organismos de coordenação nacional. Assiste-se, actualmente ao ressurgimento e agravamento de tensões e rivalidades entre colectividades, de alcance não previsível e, provavelmente, a fenómenos semelhantes no interior de cada uma delas.

⁽²⁴⁾ *ob. cit.*, pp. 47-60.

⁽²⁵⁾ *ibid.*

NOTAS SOBRE AS ESTRATÉGIAS INTEGRADORAS
VEICULADAS PELO DRI

O que importaria analisar com detalhe, admitido o DRI como estratégia *recuperadora e integradora* das pequenas estruturas produtivas, seria, sem dúvida, a capacidade do modelo para atingir esses fins. Avançaremos apenas algumas pistas sobre as estratégias integradoras que o modelo veicula.

A este propósito, a incidência, na 1.^a fase, em zonas onde predominam as pequenas estruturas produtivas e, no seio destas, a selecção das franjas mais prósperas, são um revelador provido de algum significado. Exprime-se, em nosso entender, o objectivo de garantir, para além do aumento da produção alimentar, mediante melhor aproveitamento dos recursos existentes, por um lado, e a capacidade de resposta das explorações seleccionadas, por outro, uma imagem de êxito do projecto e salvaguardar, por esta via, as fases seguintes.

Uma interrogação porém que de imediato se coloca é a de saber se esta opção vai ou não acelerar o processo de diferenciação, através da promoção destas unidades a empresas de tipo capitalista. A verificar-se a aceleração deste movimento tendencial, ele contribuiria para agravar a situação das camadas mais debilitadas da pequena agricultura, o que, a verificar-se, para além de comprometer as fases seguintes do programa, desencadearia, possivelmente, o avolumar de tensões sociais e do êxodo rural e revelar-se-ia em suma, contraditório com os princípios e objectivos do DRI ⁽²⁶⁾. As características conferidas aos instrumentos impulsionadores e de controlo (crédito, extensão rural, infra-estruturas, etc.) estão, sem dúvida, concebidas por forma a evitar esta tendência. Como? Por exemplo, o crédito enquanto instrumento central no processo de dinamização das unidades de produção escolhidas é activado, fundamentalmente, com o objectivo de introduzir determinadas tecnologias na exploração. São tecnologias que devem permitir um aumento da produção e produtividades, mas, ao mesmo tempo, subordinar a utilização do trabalho disponível ao processo de trabalho de que elas são portadoras. Por outras palavras, trata-se de fomentar a compra de tecnologias que devem contribuir para aumentar a produtividade e que paralelamente, intensificando a utilização do trabalho familiar, afastem, de certo modo, o recurso a tecnologias de forte coeficiente de capital constante, geradoras de outras formas de organização do processo de trabalho e provavelmente

(26) V. Moncayo, F. Rojas, *op. cit.*, pp. 202-208.

fomentadoras da concentração dos meios de produção. A relevância do tipo de tecnologias a introduzir na exploração é, deste modo, crucial nos projectos de DRI e do êxito de penetração que revelarem e dos resultados que proporcionarem dependerá, em parte, a integração das pequenas unidades de produção no mercado *i.e.* a sua articulação com o sistema social. As, designadas, *tecnologias leves* são chamadas a ocupar uma posição importante neste quadro estratégico, mediante a introdução de sementes seleccionadas e adaptadas ao sistema ecológico, fertilizantes apropriados para os solos, produtos fitosanitários, por oposição a tecnologias essencialmente mecânicas. As primeiras, além de serem menos exigentes em investimentos intensivos, geram uma cadeia de relações de tipo diferente entre o pequeno agricultor e o crédito e o mercado de factores e produtos, que não são indiferentes à organização do processo de trabalho e, em última análise, à gestão da exploração e modalidades de integração no sistema social. Para além das vantagens que lhes advêm de uma maior flexibilidade na incorporação da inovação, elas têm a virtualidade de «amarrar» os pequenos agricultores à cadeia do mercado dos factores, a qual dilui, gradualmente, os benefícios dos aumentos das produções e produtividades. Claro está que a formação dos preços pode, só por si, impedir ou entravar este tipo de integração. Por isso se torna indispensável uma política de preços adequada, *tipo forquilha*, que deve permitir ao pequeno agricultor a obtenção de rendimentos que não sejam demasiado baixos nem excessivamente elevados, de modo a evitar uma excessiva acumulação de capital, por um lado, e a garantir a manutenção social da actividade produtiva, por outro lado. A situação ideal e consentânea com o espírito da estratégia deverá, assim, ser aquela que garanta um nível de rendimentos próximo do salário mínimo nacional. Torna-se, por isso, indispensável, por parte do Estado, uma actuação diligente, que poderá oscilar entre a intervenção conjuntural e a formulação e aplicação de uma política estrutural incidindo, articuladamente, sobre os preços dos produtos, factores de produção, crédito, etc.

Do mesmo modo, os outros instrumentos impulsionadores e de controlo, como é o caso das infra-estruturas produtivas e comerciais, poderão contribuir para moldar e integrar as pequenas estruturas produtivas e também para obstar ou limitar a decomposição das unidades que aderirem aos modelos de exploração prescritos (27). O tipo de infra-estruturas

(27) Para cada projecto são elaborados *modelos tipo de exploração*.

produtivas e de comercialização escolhidas e incentivadas (especialização, tamanho, etc.), as condições de acesso (tipo e características das produções admitidas, volume da produção mínima, etc.), o estatuto e enquadramento legal consagrado (associação, empresa agro-industrial, etc.), o âmbito de acção (a montante e/ou a jusante da produção) são, certamente, factores que podem tornar-se num forte instrumento de resistência e controlo, a certos níveis de acumulação, por excesso ou por defeito. Por exemplo, as penalizações para os que produzem pouco e a imposição de limites máximos, são uma prática já hoje corrente em muitos países. É, assim, possível, que as infra-estruturas produtivas e de comercialização, contribuam para a implantação de estruturas homogeneizadoras da *classe dos pequenos produtores* e capazes de assegurarem um *equilíbrio estrutural* ao nível da produção. Não nos referimos a um equilíbrio estático, mas a um equilíbrio portador de uma dinâmica evolutiva de cooptação, ou seja, a influência dos mecanismos de mercado, melhor ainda, da própria sociedade, deverá, através da integração a este nível, distribuir-se equilibradamente pelas unidades de produção. O aumento da produtividade, a obediência a certas operações no processo produtivo, a introdução da inovação, deverão encontrar, através das infra-estruturas produtivas e de comercialização, um privilegiado veículo do processo de subordinação da autonomia do produtor aos interesses sociais por que é responsabilizado. Torna-se, portanto, imperioso, que elas assumam modalidades de funcionamento compatíveis com as funções de enquadramento que o modelo delas reclama e de que não pode prescindir. Quais são essas modalidades? Segundo o corpo estruturador do modelo, é através do «comprometimento» pela via da participação dos pequenos agricultores aderentes, que devem ser organizadas e orientadas as infra-estruturas produtivas e de comercialização. A recuperação ou criação de associações locais e a sua viabilização torna-se, a este propósito, central. A adesão e participação, enquanto peças centrais do modelo, encontrarão, certamente, o seu profundo significado neste *puzzle integrador*. As próprias infra-estruturas sociais, ao contribuírem para a melhoria das condições de vida, exercerão, sem dúvida, não apenas influência, sobre os padrões de consumo social, como, decerto, contribuirão para modificar, o sistema de papéis no interior da família, bem como o próprio sistema de relações recorrente ao nível da colectividade rural. Em diferentes planos, serão as próprias funções produtivas e reprodutivas que verão transformada e desviada a lógica inclusiva que veiculam. É da aptidão e engenho de entrecruzamento e interfuncionamento destes e outros instrumentos im-

pulsionadores e de controlo que resultará, em certa medida, o êxito ou o fracasso da fórmula integradora que o DRI contempla e, por consequência, as trajectórias sociais dos pequenos agricultores nele envolvidos.

Da análise do caso colombiano, parece, actualmente, resultar claro que as deficiências e carências em estudos preliminares que projectos desta envergadura exigem, as opções técnicas tomadas, a inexperiência e impreparação para a realização de acções inter-institucionais, a incapacidade e impreparação dos recursos humanos mobilizados, a luta política internamente suscitada (28), não só, não têm permitido uma relativa operacionalidade dos diferentes instrumentos impulsadores e de controlo, mas têm inviabilizado o seu entrecruzamento e interfuncionamento. Os resultados finais da 1.ª fase do projecto poderão, deste modo, revelar-se antagónicos e contraditórios com os *objectivos fulcrais veiculados pela estratégia DRI*.

NOTAS SOBRE ALGUNS DOS OBJECTIVOS VEICULADOS PELA ESTRATÉGIA DRI

Esses objectivos passam, em nosso entender, no âmbito de uma determinada formação social, nomeadamente pela *estabilização e/ou diminuição da renda* enquanto relação social — presente e conformada na realidade social de vários países —, a criação de condições para a *expansão da economia de mercado e do processo de valorização do capital* e, também, pela consolidação de *um determinado Estado*, fortalecido por uma base social de apoio adequada. Segundo Moncayo e Rojas (29) a dar-se a decomposição da pequena produção, poder-se-ia afirmar que os objectivos do DRI teriam fracassado estrondosamente. A sua finalidade é, segundo estes autores, justamente a de travar a expansão da produção capitalista em virtude de esta provocar uma explicitação da renda e, conseqüentemente, um aumento dos preços dos bens da dieta alimentar nacional. A própria exploração agrícola capitalista não conseguiria, sem o aumento dos preços dos produtos, realizar os níveis de acumulação necessários, já que, dizem os autores, os custos de reprodução da força de trabalho assalariada não seriam compatíveis com os problemas da baixa tendencial da taxa de lucro e as insuficiências de acumulação existentes nas áreas e formações sociais a que o DRI se destina. Ora, para

(28) Muitas das críticas que têm sido dirigidas ao projecto colombiano inscrevem-se em algumas destas posições.

(29) V. Moncayo, F. Rojas, *op. cit.*

o desenvolvimento do sistema produtivo capitalista dessas formações sociais, o aumento dos preços de certos bens agrícolas tem de ser controlado e a pequena produção mercantil⁽³⁰⁾ resolve com vantagem esta necessidade no momento histórico actual.

A posição de Moncayo e Rojas, inscreve-se numa perspectiva que entende que o m.p.c. contorna os *limites estruturais* que a propriedade fundiária lhe coloca, através de uma prática de alianças mutável⁽³¹⁾, com o objectivo de aumentar a acumulação e alargar a reprodução. É uma conveniência que o próprio sistema económico-social tem de realizar — nas situações em que prevalece o poder dos proprietários fundiários — para evitar uma amputação da mais valia social, através da renda, pelo sector agrícola. A permanência da pequena produção mercantil contribui não só para garantir a produção de determinados bens agrícolas em condições sociais mais vantajosas, como pode, ao mesmo tempo, contribuir para travar o próprio crescimento da renda capitalista da terra. A não coincidência da figura do proprietário e do empresário, ao permitir o desvio de uma parte do valor da renda para fora da exploração agrícola, tem efeitos, de um modo geral, mais graves na exploração capitalista, em virtude da perequação da taxa de lucro lhe limitar ou condicionar a capacidade de acumulação e valorização do capital. É que nesta os mecanismos de regulação económica fazem sentir-se de forma mais drástica e é por isso que o aumento da renda, enquanto processo de apropriação de mais-valia social, tem tendência a afirmar-se e impor-se em certas formações sociais. A importância deste fenómeno tem contribuído, de certo modo, para travar a substituição da pequena exploração agrícola de base familiar pela grande exploração capitalista, mesmo no âmbito de formações sociais em que se verificam excedentes de produção alimentar ou possibilidades de uma exploração mais efectiva da força de trabalho fora do sector agrícola que permita por exemplo a importação rentável de certos alimentos do estrangeiro. Pelo contrário nalgumas dessas formações sociais a sobrevivência da grande exploração capitalista tem, em parte, dependido do seu cantonamento em determinadas áreas agrícolas, sociais, etc. e em determinadas produções⁽³²⁾.

(30) Sobre o conceito de pequena produção mercantil cfr. Cl. Servolin, *l'Absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste*, in *l'univers politique des paysans*, A. Colin, Paris, 1972, pp. 41-77.

(31) Sobre esta questão cfr. P. Ph. Rey, *As alianças de classes*, Centelha, Coimbra, 1979.

(32) cfr., B. Galeski, *Sociologia del campesinato*, ed. Peninsula, Barcelona, 1977, pp. 268-277, e Cl. Servolin, *op. cit.*.

É assim que a coexistência de uma agricultura do tipo capitalista, fundamentalmente vocacionada para a produção de determinados conjuntos de produtos agrícolas e de uma pequena agricultura de tipo mercantil orientada para o mercado interno, pode corresponder, em determinadas formações sociais, a objectivos de acumulação e expansão do capital, diferenciados e ajustados à divisão nacional do trabalho e, em última análise, à própria divisão internacional do trabalho. Enquanto a agricultura de tipo capitalista se integra, tecnológica e produtivamente, num determinado quadro económico em que imperam certas leis económicas de rentabilidade, produtividade e valorização do capital, ou, se preferirmos, a realização de determinadas taxas de lucro compatíveis com a organização da empresa agrícola enquanto unidade produtiva vinculada à concorrência capitalista nacional e internacional, a pequena produção mercantil vê os seus objectivos económicos fixados no quadro do interesse colectivo nacional ou, precisando melhor, do sistema social reinante, mediante a introdução de medidas de política específicas e ajustadas à natureza diferenciada do seu processo de trabalho. Deste modo, a manutenção da pequena produção mercantil, orientada por uma lógica que escapa à busca do lucro e ao processo de acumulação capitalista, é útil para o conjunto do sistema social, já que alivia internamente os problemas decorrentes da baixa tendencial da taxa de lucro, pois, ao contribuir para a desvalorização do próprio capital variável, reduz o custo de reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, o seu valor. Como o valor da força de trabalho é substancialmente menor nas pequenas unidades produtivas, quando a importância destas é grande é o próprio valor médio dos salários que baixa, ao nível de uma formação social, criando-se, por esta via, condições favoráveis à instalação de indústrias com uma baixa composição orgânica de capital — por referência à estrutura social global.

Desta maneira, poder-se-iam criar algumas das condições concorrentes para a superação de *limitações estruturais* ⁽³³⁾ existentes no interior de uma determinada formação social e, por essa via, reactivar e induzir um duplo processo de expansão do sistema económico-social predominante. A assimilação, parcial e gradual, da pequena agricultura, pela via do reforço da sua submissão aos mecanismos do mercado — com conseqüências expressas no aumento da produção, alargamento das

⁽³³⁾ Sobre este conceito cfr. E. O. Wright, *Class, Crisis and the State*, New Left Books, Londres, 1978.

actividades dos serviços e indústrias —, corresponderia a abertura de possibilidades na ampliação de outros sectores da actividade produtiva, nomeadamente, e no quadro das relações económicas à escala mundial, através da transferência de indústrias carentes de mão de obra abundante (34).

É também através deste quadro explicativo que a questão do fortalecimento e legitimação de um determinado Estado se coloca.

Não é, com efeito, neutral, a este propósito, a filosofia contemplada na estratégia DRI e a diversidade de fenómenos emergentes no plano da luta política podem, sem dúvida, ganhar amplitude e expressão em aspectos como: a prevenção ou limitação de tensões sociais, quer nas zonas rurais onde prevalece a pequena agricultura, mediante, por exemplo, a introdução de novas dinâmicas de controlo social, quer nas próprias cinturas urbano-industriais pela descompressão da massa de desempregados e proletários; a recomposição social de determinadas práticas políticas; a revitalização de estratégias eleitorais e de certas modalidades de enquadramento político a nível local, etc. (35).

NOTA FINAL

Partindo da inquestionável afirmação de que o DRI encontrará a valorização dos seus resultados no êxito das transformações conseguidas, também é certamente verdade, que os resultados dessas transformações dependem, em grande parte, da posição assumida pelos diferentes protagonistas envolvidos no processo.

Para além dos pequenos agricultores, são chamados a intervir no processo de transformação, pelo menos, várias instituições públicas ou para-públicas, entidades financiadoras, agentes do comércio e da indústria, etc. O jogo de interesses destes núcleos não só não é coincidente, de um modo geral, como é, sobretudo, virtualmente antagónico e mesmo conflituoso. Sem dúvida, esta não correspondência de interesses é, por si, geradora de estratégias e objectivos diferenciados perante acções de transformação desta envergadura e o seu empreendimento deliberado é, portanto, portador de medidas estratégicas que procuram produzir os objectivos concebidos e afinados por um ou mais dos núcleos intervenientes. Deste

(34) cfr., J. J. Devron, *op. cit.*

(35) Sobre as posições assumidas perante o DRI Colombiano nos planos da luta política e do seu alcance estratégico cfr. V. Moncayo, F. Rojas, *op. cit.*, pp. 196-200.

campo problemático, fluído, emerge parte das contradições maiores, que, sob múltiplas formas, determina os relativos sucessos ou flagrantes insucessos de acções de desenvolvimento com o figurino DRI, embora este modelo pretenda, aparentemente pelo menos, rebater e aligeirar os seus efeitos ao impor formalmente certas características para a orientação e conduta de acções de desenvolvimento rural. Pelo que referimos nas páginas precedentes, a opção por uma estratégia global para a pequena agricultura baseada, na 1.ª fase destes programas, na concentração de acções, *em zonas e/ou colectividades piloto* e, dentro destas, a selecção de *grupos alvo*, assim como o figurino das operações de inovação, adesão, participação, etc., não são, por certo, apenas reveladores de prudência, mas expressam, em nosso entender, também, uma determinada concepção do mundo rural e do pequeno agricultor.

A avaliação do mundo rural como um meio informe e homogéneo, disponível para acções de desenvolvimento, através da justaposição de estruturas novas às existentes ou, ainda, a visão do pequeno agricultor enquanto destinatário-objecto de acções de desenvolvimento, negando-lhe, de forma liminar, a sua condição de sujeito, parecem, *a priori*, afastadas da perspectiva deste modelo e, por isso, afastarem-se das tradicionais concepções da reforma agrária.

A interrogação que deixamos é, porém, a de saber, admitidos a pertinência dos pressupostos analíticos e o êxito da multivariada rede de operações que correspondem aos desígnios finais do modelo, até que ponto são controláveis e superáveis os riscos que decorrem de uma estratégia que, pretende apenas, *modificar, regular e harmonizar os interesses de uma parcela do social*. Esta é, porventura, uma das contradições maiores do modelo DRI.